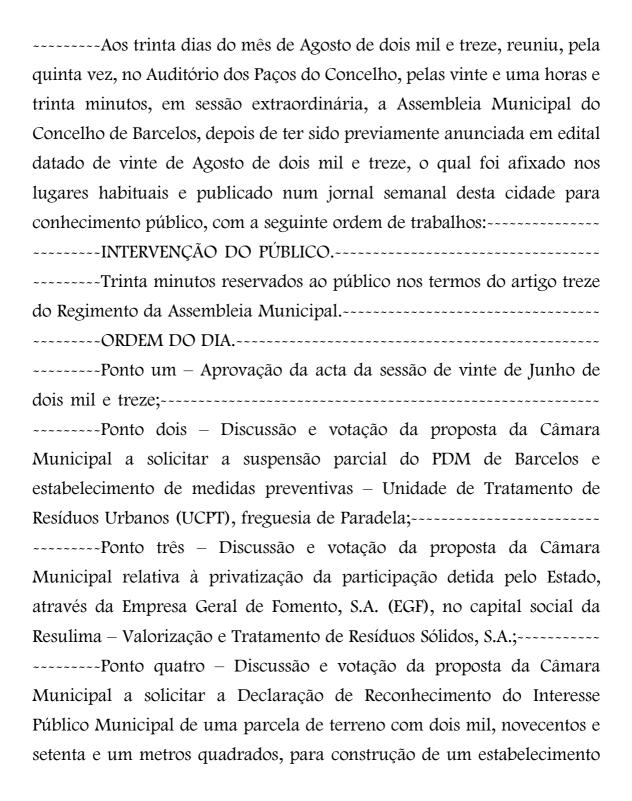


Aprovada na sessão ordinária de 15 de Novembro de 2013

#### ACTA NÚMERO CINCO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BARCELOS





comercial, sita na Avenida das Pontes, freguesia de Tamel São Veríssimo.~ -----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------Adelino Lima da Silva Fernandes, Adelino Mariz Varzim Miranda, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alfredo Cardoso da Conceição, Álvaro Edgar Matos Martins, Amadeu Araújo Silva, Amândio da Costa Maia, Américo da Silva Carvalho, Ana Paula Carreira Gonçalves Moreira, Ana Rita da Silva Torre, António de Araújo Ferreira, António Cardoso da Silva, António da Costa Barros, António da Cruz Vaz Saleiro, António Francisco dos Santos Rocha, António Oliveira Castro, António Salomão da Silva Rodrigues, António Santos Duarte, António da Silva Oliveira, António Sousa e Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Armindo Simões da Silva, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Artur Torres Lopes, Augusto Fonseca da Silva Dias, Avelino Gomes de Carvalho, Carla Maria da Rocha Lopes, Carla Sofia Ferreira Pedrosa, Carlos Alberto Cunha Santos, Clemente Gomes da Silva Pereira, Cristiana Carneiro Faria, Daniela Filipa Cardoso Miranda, Domingos Martins de Brito, Domingos Pereira Araújo, Elsa Susana Cordeiro Ferreira, Fernando Estevão Ferreira Gomes Vilaça, Fernando Gomes da Silva, Fernando Rodrigues Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Filipe José de Miranda Lemos, Francisco Gomes de Castro, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hélder Manuel Antunes Nogueira, João Carlos Abilheira Rodrigues, João Chaves Portela, João Filipe da Silva Ferreira, João Rodrigues Martins, João de Sousa Duarte, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Jorge Manuel Coelho Ferreira, José Alves Peixoto, José Araújo Ferreira da Silva, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Correia de Carvalho, José da Costa Araújo, José da Costa Monteiro, José Fernando Silva Ferreira, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS (Gabinete do Presidente)

Araújo Silva, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Alves da Fonte, José Maria Barbosa Cardoso, José Miranda Granja, José Paulo Cardoso Teixeira, José Ricardo Lourenço, Leonel Gonçalves Vila Chã, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira Oliveira Fonseca, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Filipe Gomes Araújo, Manuel Araújo da Costa, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Eusébio Costa Ferreira, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Gomes Maia, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Miranda Barros, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Pereira de Sousa, Manuel Simões Correia, Maria Aurora Espírito Santo de Miranda, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria da Conceição Gomes Rodrigues, Maria da Conceição Gonçalves Lopes Pereira, Maria Isabel Cunha de Sá, Maria Madalena Figueiredo Oliveira, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Mário Fernandes Esteves da Costa, Mário José Martins Costa, Miguel António de Melo Lomba, Miguel Nuno Olim Marote Henriques, Mónica Senra Santos Machado Olim Marote, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Anselmo Alves Miranda, Nuno Evandro Serra Oliveira, Odete Graça Medeiros Carneiro Hermenegildo, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Araújo de Campos, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Rosa Maria Pinto Viana, Rosa Maria Pires da Silva, Salvador Maria Magalhães Neiva, Sandra Maria Pinheiro Miranda, Sílvia Marlene Vilas Boas da Costa, Vasco André Gomes de Deus Real, Vítor Manuel Rocha Barbosa. -----Faltaram os seguintes membros:----------Alberto Maria de Sousa Pinto Martins, Amélia Maria Ferreira Machado Soares Brandão, Ana Maria de Lemos Pereira Bonifácio Viana Lopes, António Augusto Martins de Carvalho, António Gomes da Silva, António Jorge da Silva Ribeiro, António José Oliveira Félix de Sousa



Barroso, António Luís Oliveira da Silva, António Manuel Martins Barbosa, António da Silva Gonçalves do Vale, Arlindo da Silva Vila Chã, Avelino Manuel Coelho Miranda, Camilo Almeida Araújo, Cândido Pedrosa e Silva, Carlos Alberto Oliveira de Sousa, Celestino Dias da Costa, Daniel Martins de Brito, Débora Alexandra Vilas Boas Jézero, Diamantino Lopes da Fonseca, Domingos Conceição Silva, Eduardo Jorge Ribeiro dos Reis, Fernando António Carvalho de Andrade, Fernando Avelino Gomes Loureiro, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipa Patrícia Marinho Costa, Filipe Pissarra Monteiro, Francisco Bruno Ferreira da Silva, Francisco Dias da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Joaquim Coelho Ferreira, Joaquim da Costa Pereira, Joel Miranda Fernandes de Sá, José António Correia Ferreira, José António Maciel Beleza Ferraz, José da Costa Faria, José Magalhães da Costa, José Paulo Maia Matias, Júlio Arménio Martins da Silva, Luciano Maciel da Costa, Luciano Martins da Silva, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Costa Lopes, Manuel Gonçalves Martins, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Júlio Pinto Oliveira Martins, Manuel Lopes da Silva Varandas, Manuel Santos Ribeiro, Maria José Correia Simões, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Paulo Araújo Pombo, Porfírio Barreto da Costa, Raul Alexandre Pereira da Silva Dias, Rui Pedro Gomes de Faria, Sandra Maria da Silva Costa, Sandra Marisa Duarte Gonçalves, Sandra Vilaça Ferreira, Severino Silva Figueiras, Susana Maria Borges Fiusa. ---------Em virtude da ausência do segundo secretário da mesa, Ana Maria de Lemos Pereira Bonifácio Viana Lopes, o senhor presidente da Assembleia Municipal chamou para ocupar aquele cargo o senhor deputado António Salomão da Silva Rodrigues. -----INÍCIO DOS TRABALHOS-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa-noite a todos. Excelentíssimo
Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados
Municipais, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Comunicação Social
Declaro aberta esta sessão que tem carácter extraordinário, o que
significa que nos limitaremos unicamente aos pontos indicados na
convocatória.
Ninguém se inscreveu para o período de intervenção do público,
pelo que iniciamos esta sessão com o período da ordem do dia
Primeiro ponto – Aprovação da acta da sessão de vinte de Junho
de dois mil e treze.
Proponho a dispensa da leitura da acta
Quem vota contra? (Ninguém)
Quem se abstém? (Ninguém)
Logo, foi dispensada a leitura da acta por unanimidade
Aprovação da acta
Quem vota contra? (Ninguém)
Quem se abstém? (Um do PSD)
Logo, foi aprovada por maioria com uma abstenção
Passamos, então, à votação e discussão do ponto número dois,
que é a proposta da Câmara Municipal a solicitar a suspensão parcial do
PDM de Barcelos e estabelecimento de medidas preventivas – Unidade de
Tratamento de Resíduos Urbanos (UCPT), freguesia de Paradela.~~~~~
Inscrições, por favor!
Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.
DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores
Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos
Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.
Estamos aqui hoje numa Assembleia extraordinária para discutir

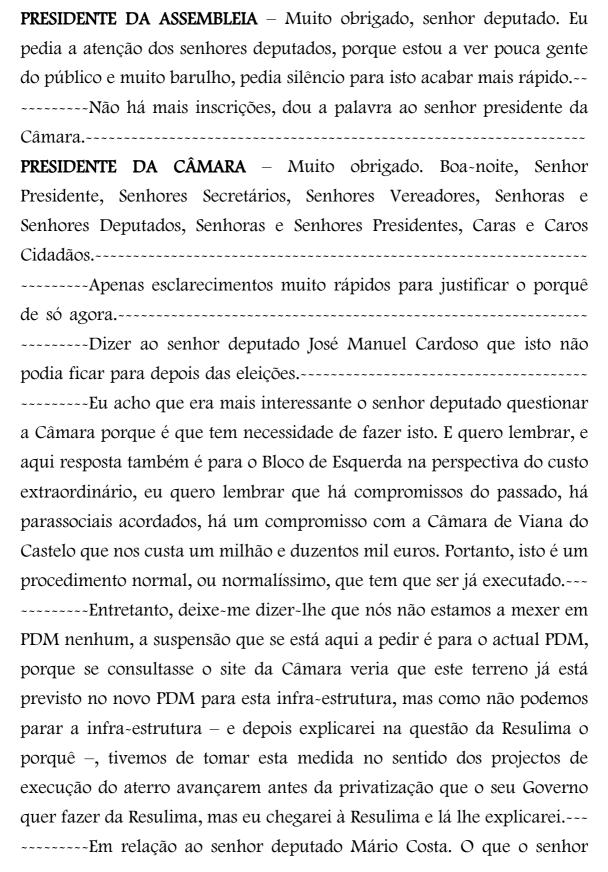


vários pontos, achamos que na altura do período que estamos a decorrer não seja a melhor, já aqui foram muitas vezes criticados, inclusive a minha pessoa, por uma altura uma Assembleia decorrer até altas horas da madrugada e eu pedir a suspensão para o dia seguinte, fui criticado por querer uma nova Assembleia que iria causar grandes custos para o erário público, mas afinal veio-me dar razão o tempo, afinal a Câmara trouxe uma Assembleia extraordinária para discutir três, quatro pontos, quando isto podia ficar para depois das eleições. Não entendemos o porquê da pressa, mas o tempo há-de dizer o porquê. -----Relativamente a esta proposta da suspensão parcial do Plano Director, só queria fazer aqui uma pequena chamada de atenção do seguinte: -----Já todos discutimos esta questão do aterro sanitário em Paradela, foi discutido aqui nesta Assembleia, na altura fizemos as críticas que achámos e bem entendemos, dissemos que o terreno não estava contemplado na altura pelo PDM, e agora aqui nesta proposta diz o seguinte: "Submete-se à apreciação e aprovação da Excelentíssima Câmara o teor da proposta a remeter à CCDR-N, para apreciação e aprovação, para a suspensão parcial do Plano Director Municipal com o estabelecimento de medidas preventivas, a qual visa desbloquear o impasse criado pelo PDM...". Eu aqui só queria chamar a atenção de uma coisa à Câmara: o PDM não criou nenhum impasse, pelo que eu saiba o PDM ainda não foi revisto. Portanto, foi escolhido o terreno no qual não vai de encontro com o que está estabelecido no PDM. ----E era isso que eu vinha cá chamar a atenção e dizer que mais uma vez o CDS, na altura nas críticas que fez, tinha toda a razão.~~~~~~ -----Muito obrigado.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa. -----



<b>DEPUTADO DO BE - Mário Costa</b> - Muito boa-noite. Senhor Presidente
da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas
Senhoras e Meus Senhores.
Realmente uma única palavra para questionar de facto a
oportunidade desta Assembleia e o custo extraordinário que ela acarreta
para os munícipes: treze mil euros só para senhas de presença e outros
custos inerentes.
Quanto à questão em apreço, autorização para suspender
parcialmente o PDM e o estabelecimento de medidas preventivas, o Bloco
de Esquerda interroga-se porque é que só agora surge esta questão
Realmente esta Câmara quando tomou posse as primeiras
questões que levantou foi a questão do aterro de Paradela, a localização
em Paradela como um grande trunfo, afinal andou a arrastar o processo
todo durante quatro anos e agora já fora do tempo, utilizando a
linguagem futebolística, já em período de descontos de tempo, numa
Assembleia Municipal extraordinária vem com esta questão. Não se
compreende, não se compreende de facto.
Para além disso, realmente o PDM parece que não serve para
nada, a Câmara está sempre a invocar o interesse público e
constantemente a violar o PDM, a pedir desafectações, desanexações,
como aliás a seguir se verá, com a proposta desta Câmara ficamos ainda a
saber que com a nova revisão do PDM qualquer área considerada
protegida de interesse ambiental e ecológico vai desaparecer no nosso
concelho, o que é de facto uma menos-valia
Infelizmente nós votaremos a favor desta desanexação porque de
facto é extremamente importante que o aterro vá para a frente e se
construa.
Muito obrigado.







disse aqui é perigoso, não é sério, porque o senhor vai ter que explicar onde é que a Câmara violou o PDM. O senhor afirmou aqui que a Câmara está sempre a violar o PDM, a expressão é sua, e eu quero saber onde é que a Câmara está sempre a violar o PDM. Porque o que é apresentado aqui são pressupostos completamente legais daquilo que é possível e que a lei permite fazer, não é a Câmara que chega aqui, altera o que quer e o que lhe apetece, porque se reparasse esta suspensão do PDM tem a aprovação, por exemplo, da ARH e é a ARH uma das entidades que intervém porque isto tem a ver ali com linhas de água, tem a ver com a reserva agrícola, tem a ver com uma série de situações. -----Portanto, pedia-lhe mais cuidado no futuro nalguns termos que usa porque dizer que a Câmara viola sempre o PDM é um bocadinho complicado. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente. Foi invocado o senhor deputado Mário Costa e pediu a palavra para resposta...----**DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Um dos pontos exactamente desta** Assembleia prende-se com um pedido de interesse público municipal para instalação de uma superfície comercial em São Veríssimo: o Intermarché.~ -----Portanto, aquilo que eu lhe estava a dizer e o senhor sabe melhor do que eu é que realmente com a cobertura desta Assembleia estão sempre a surgir pedidos de desafectações, de desanexações que -----Aliás, nos pressupostos desta proposta vem inclusive lá mencionado e eu ainda não sabia que deixa de existir em todo o território do concelho de Barcelos qualquer terreno com interesse ecológico previsto pela Rede Natura. -----Portanto, é nesse sentido que eu lhe estou a falar, é que a Câmara



solicita a esta Assembleia desafectações e desanexações constantemente.
Hoje vamos fazer mais uma vez isso
É SÓ
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.~~~~~
Não há mais inscrições, vamos passar à votação!
Quem vota contra? (Quatro do CDS-PP)
Quem se abstém? (Ninguém)
Logo, esta proposta foi aprovada por maioria com quatro votos
contra.
Para declaração de voto, tem a palavra o senhor deputado Filipe
Pinheiro.
DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,
Excelentíssimo Senhor Secretário, Excelentíssimos Vereadores,
Excelentíssima Vereadora, Senhores Deputados, Público
A nossa declaração de voto relativamente ao CDS-PP baseia-se
simplesmente porque nós, quando foi para aprovar o aterro sanitário em
Paradela, fomos contra. Fomos contra simplesmente porque não há
estudos que indiquem que aquele sítio é o sítio indicado para fazer o
aterro. Na altura eu vim aqui, fiz simples contas, parece que é muito
complicado para alguém entender as contas simples que eu fiz, e provei
com contas muito simples que o aterro sanitário não deveria ser ali
Além disso, senhor presidente da Câmara, está a dizer que isto é
muito urgente e não percebo a urgência porque na altura também era
muito urgente e já passaram dois anos e pelo que eu estou a ver o senhor
gastou muito dinheiro para aprovar isto e se calhar vamos ter mais dois
anos à espera ou se calhar nunca o aterro sanitário irá para lá, e o senhor
gastou muito dinheiro em fazer uma Assembleia Municipal
extraordinária



Muito boa-noite
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Não há
mais declarações de voto, passamos ao ponto número três: Discussão e
votação da proposta da Câmara Municipal relativa à privatização da
participação detida pelo Estado, através da Empresa Geral de Fomento,
S.A. (EGF), no capital social da Resulima – Valorização e Tratamento de
Resíduos Sólidos, S.A
Inscrições, por favor!
Tem a palavra a senhora deputada Rosa Viana
DEPUTADA DO BE - Rosa Viana - Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores e Senhora Vereadora, Senhores e Senhoras
Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.
O Bloco de Esquerda defende para a Resulima um modelo de
gestão pública que garanta a defesa e interesse público e das populações
no que respeita à recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos.
O Bloco de Esquerda entende que a Resulima deve, inequivocamente,
manter-se no domínio do sector público.
Por isso somos contra a privatização da Empresa Geral de
Fomento (EGF) que detém cinquenta e um por cento do capital da
Resulima e apoiamos a Câmara nesta acção, ou pelo menos nesta sua
declaração de intenções.
O Governo da coligação PSD/CDS manifesta uma particular
voracidade em privatizar tudo o que é apetecível. É o neoliberalismo no
seu expoente máximo. Dar aos tubarões do grande capital nacional e
internacional, à sua ganância e ao seu apetite voraz pelo lucro, todo o tipo
de negócios de alta rentabilidade, mas gravemente prejudiciais para o
interesse comum.
~~~~O controlo da Resulima por capitais privados deverá ditar, com
certeza, o aumento das tarifas que os munícipes pagam e desprotegerá os



cidadãos e o ambiente
Tal como acontece com as PPP's, quem paga são os contribuintes,
olhem para o exemplo do negócio das Águas de Barcelos. Olhem para o
exemplo das grandes parcerias público-privadas que os Governos PS,
PSD, e CDS estabeleceram e puseram nas mãos do grande capital
elevadíssimas rendas que ajudaram à grave crise económica, financeira e
social em que o país neste momento se encontra.
Olhem, por exemplo, o rio Cávado, um bem natural, precioso,
que a avidez e crueldade de uns quantos capitalistas, com a conivência do
poder político nacional e local, converteu num rio moribundo e perigoso,
cuja recuperação custa ao erário público muitos milhões de euros e
dezenas de anos para a sua consumação. Isto sem contabilizar as perdas
irreparáveis para o ambiente e a natureza.
Somos contra a privatização da EGF e o domínio da Resulima por
interesses privados e lutaremos contra isso, podem contar connosco. A
Resulima não pode ser só um negócio que vise o lucro a todo o custo. É
preciso que na sua actividade estejam acautelados os interesses das
populações e do ambiente, que são indissociáveis
Temos sobretudo que proteger o ambiente, reduzindo os resíduos
que produzimos e valorizando os que formos criando, se possível tirando
alguma compensação por isso
Achamos que a acção desta e das Câmaras anteriores tem sido
insuficiente nesta matéria. Tem havia muito pouco investimento numa
política de educação de toda a população para os problemas da criação
dos lixos, da sua redução, reciclagem e reutilização
Temos também algumas dúvidas quanto à oportunidade desta
acção da Câmara. Parece-nos que o Partido Socialista quer usar mais esta
bandeira na campanha eleitoral, a um mês das eleições autárquicas, numa
atitude de campanha abana aos barcelenses com a baixa das taxas do lixo,

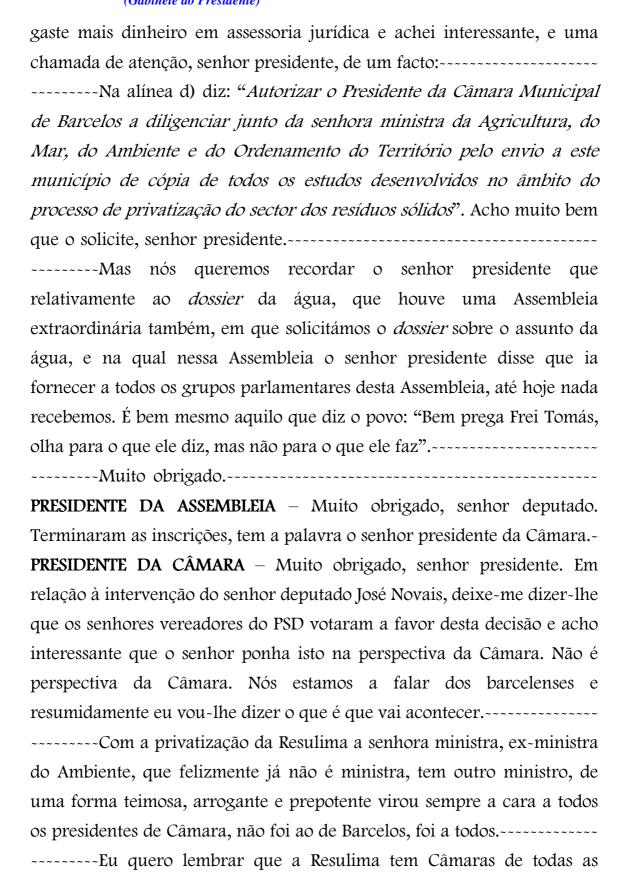


como anteriormente o fez com a água.
Obrigado,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a
palavra o senhor deputado José Novais.
DEPUTADO DO PSD - José Novais - Senhor Presidente da Mesa,
Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores
Jornalistas e Público
Algumas palavras para dizer que, na perspectiva da Câmara
Municipal, uma eventual privatização do sector público de recolha e
tratamento de resíduos sólidos urbanos é prejudicial.
O executivo aponta ao Governo neste documento deslealdades, a
prática de deslealdades para com os municípios, porque tem tratado, diz o
executivo, que o Governo tem tratado este dossier sem partilhar com os
municípios. Faz mal o Governo fazê-lo, se assim o faz
Numa relação de parceria, como é o caso entre Governo e
municípios que partilham o capital social da Resulima, deve existir
lealdade. Mas a lealdade deve ser nos vários sentidos e não apenas quando
nos dá jeito.
O executivo também prevê prejuízos para os cidadãos com uma
eventual privatização e por esta via não acredita na bondade do que lhe é
acenado pelo Governo.
~~~~~O PSD manifesta-se pela defesa intransigente dos interesses dos
munícipes barcelenses e pela melhoria da qualidade do serviço.~~~~
No entanto, a Câmara Municipal tem competências próprias
para representar o município e tomar todas as medidas e diligências que
entenda necessárias, nomeadamente todas aquelas que está a propor à
Assembleia Municipal
~~~~~Em nosso entender não faz sentido portanto propor à



Assembleia Municipal a tomada de um conjunto de medidas que o próprio executivo tem competências plenas para as executar. -----No entanto, nós votamos a favor.----------Disse, senhor presidente. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso. **DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso** – Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----Desta vez temos aqui um ponto relativamente à privatização da Resulima. ~~~~Mais uma vez não entendemos o porquê de trazer este ponto nesta altura do campeonato se assim podemos dizer. -----Quando estamos a um mês das próximas eleições autárquicas o executivo decidiu trazer esta discussão a esta Assembleia num período de férias e num período de campanha eleitoral. ~~~~Nós só podemos entender isto como uma forma de fazer política, campanha, quando este assunto já vem sendo falado na comunicação social há muito tempo, aliás, como aqui no próprio texto da proposta diz. Aliás, essas notícias deram conta que o Governo fixara o fim do primeiro semestre de dois mil e treze, já estamos em Agosto, o primeiro semestre já passou, e ainda por cima um executivo que está em fim de funções, a não ser que tenha o receio de perder as próximas eleições autárquicas, que eu acredito plenamente, vem trazer esta discussão relativamente à privatização da Resulima.---------Quanto a este facto não me vou alongar mais, a discussão vai continuar certamente não só nos municípios como também na Assembleia da República, onde cada uma das forças políticas aqui representadas tem os seus grupos parlamentares, mas também não estranho o facto, senhor presidente, de querer aqui na sua proposta, o executivo propor que se







sensibilidades políticas: CDS, PSD e PS
A senhora ministra nunca nos quis ouvir, mas nunca. E,
portanto, desta forma arrogante que ela tinha, embora simpática, nunca
quis lidar com os presidentes de Câmara. E porquê? Porque nós fomos
sempre contra.
Um ponto de honra da senhora ministra era a uniformização de
tarifários
A Resulima cobra neste momento dezoito euros tonelada por
tarifário, podia cobrar treze, mas o regulador, o ERSAR impõe~nos
dezoito, é o preço mais baixo do país, do universo EGF, e aquilo que vai
acontecer, segundo a senhora ministra, quer uniformizar estes preços
para todas as participadas da EGF. Isto quer dizer que Barcelos passará a
pagar vinte e sete euros tonelada e não dezoito. Objectivamente isto
significa – o que eu lhe estou a dizer aqui, disse-o à senhora ministra –
duas coisas: ou um custo para o orçamento municipal de cerca de
setecentos mil euros por ano; ou debitar aos munícipes esse custo. Eu disse
à senhora ministra que Barcelos não estava disponível nem para uma
coisa, nem para outra
E digo-lhe que não há bondade nenhuma do Governo. Porque eu
não consigo perceber como se tenta fazer uma privatização como esta
contra o próprio cliente.
E se vocês analisarem aquilo que a senhora ministra propôs, ela
quer e vai dizer, como está na proposta, que a Câmara Municipal pode
alienar o seu capital. Mas depois diz uma coisa muito interessante: "Os
senhores podem alienar, mas não podem sair do tratamento de resíduos
na Resulima". E eu disse: "Senhora ministra, nós temos a Braval e a Lipor.
É um direito do município naturalmente ver noutras concessões custos
mais baixos". "Não, não. Os senhores vão ficar presos". E pior ainda, a
nossa concessão é válida até dois mil e vinte e um. E a senhora ministra,



só por decreto, que é a bondade do Governo, transfere-a para dois mil e trinta e quatro. Esta é a dificuldade. ----Portanto, eu não conheço presidente de Câmara nenhum, de nenhuma das concessões do universo EGF, nenhum, que esteja a favor desta política. Posso-vos dizer, há onze participadas da EGF, estivemos numa reunião com a senhora ministra que com a sua autoridade, naturalmente, posso não concordar mas aceito-a, só permitiu um presidente de Câmara de cada uma das concessões. A Resulima tem seis presidentes de Câmara com capitais diferentes e cada um representa o seu município. A senhora ministra, naturalmente que eu admito que é mais difícil lidar com cinquenta presidentes de Câmara do que lidar com onze, mas foi imposição da senhora ministra dizendo que não aceitava mais do que um presidente de Câmara por concessão, e fui eu que representei a Resulima. ----Entretanto, também deixe-me dizer que no momento em que eu quis questionar a senhora ministra ela disse-me que a reunião não estava aberta a perguntas. E, portanto, nós estávamos lá, ouvíamos, calávamos e vínhamos embora. Por isso é que eu digo felizmente que a senhora ministra foi embora, as informações que eu tenho é que o actual ministro é mais sensível a esta questão e estamos a aguardar uma audiência com o novo ministro e espero que ele, de facto, tenha uma forma de ver diferente. ----Em relação ao que o senhor deputado José Manuel Cardoso disse, nesta altura, senhor deputado, é que a sua ministra, o senhor disse aqui que era a sua ministra, tem um cronograma de privatização até quinze de Outubro e acho interessante que diz uma coisa extraordinária: queria fazer isto desta maneira para não chocar com o acto eleitoral. E era uma das questões que eu lhe queria pôr, como é que é possível, seja quem for que cá esteja, o senhor tem a sua expectativa, eu tenho a minha, cada um



tem a sua, mas não é justo que o presidente de Câmara que venha a ser eleito, seja ele qual for, tenha quinze dias para resolver um problema destes. E, portanto, ou nós resolvemos no imediato, por mais que lhe custe, serviços jurídicos que tenhamos que pagar, vamos pagá-lo, senhor deputado, porque a sua ministra é que nos obriga a gastar os custos com os advogados.---------Outra coisa que o senhor diz, que vai para discussão na Assembleia. O senhor desconhece que a lei da privatização já foi aprovada, foi em Julho, senhor deputado. Portanto, devia saber essas informações, não há nada para discutir na Assembleia porque está tudo discutido. E aquilo que nós temos não é aquilo que seria o razoável de um Governo negociar com as autarquias. Temos claramente uma imposição sem nenhuma abertura, seja ela qual for, para a eventualidade, que foi uma das hipóteses que alguns puseram, de os municípios adquirirem dois por cento da Resulima e ficarem maioritariamente. Mas nós vamos mais longe, nós queremos comprar a Resulima. Os seis municípios da área da Resulima querem comprar a Resulima, só que o Governo não deixa. O Governo não deixa, mas é mesmo não deixa. Portanto, diga-me, como é que se luta contra uma coisa destas?----------Quero-vos dizer que a Resulima é uma empresa que dá muito lucro, dá muitos rendimentos e eu não consigo perceber porque é que se quer privatizar uma empresa da área pública, ou do sector empresarial do Estado, que tem dois parceiros, um central e um local, se quer vender a privados, e sou a favor da privatização, já o disse aqui várias vezes, agora não é de qualquer privatização, caso a caso temos que analisar o que está aqui em questão. E o que está aqui em questão é a recolha dos resíduos sólidos e a penalização neste caso do município de Barcelos e dos munícipes, e isso eu não vou fazer.----------Para além disso, senhor deputado, outra informação que passou-



lhe ao lado, isto tem que vir à Assembleia, senhor deputado, porque a
concessão também foi aprovada em Assembleia e, portanto, juridicamente
qualquer coisa que diga respeito à concessão tem que ser votada na
Assembleia
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Não há mais inscrições, vamos passar à votação!
Quem vota contra? (Ninguém)
Quem se abstém? (Quatro do CDS-PP)
Logo, esta proposta foi aprovada por maioria com quatro
abstenções.
Para declaração de voto, tem a palavra o senhor deputado Filipe
Pinheiro,
DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Senhor presidente da Câmara,
vem aqui falar do cronograma de privatizações da ministra. Eu vou-lhe
recordar, mas eu acho que o senhor sabe perfeitamente que a ministra
tem um cronograma que tem devido à péssima governação que os
Governos PS fizeram deste país, arruinaram-no completamente. E os
senhores sabem e fizeram o memorando e assinaram o memorando com a
troika e nesse memorando está aí as privatizações. Se os senhores não se
recordam, o senhor provavelmente não se recorda, mas é graças à
governação PS deste país que nós temos esse cronograma, sabe, senhor
presidente?
E outra coisa, senhor presidente. O senhor presidente, como sabe
muito bem, não deveria vir para aqui solicitar poderes a esta Assembleia
quando vai perder umas eleições. E se vai perder essas eleições não
deveria solicitar a esta Assembleia nem deveria condicionar o próximo
presidente da Câmara com este tipo de solicitações
Por isso, senhor presidente da Câmara, não faz sentido nenhum e



estamos mais uma vez a perder tempo e a gastar dinheiro à Câmara nesta Assembleia Municipal.----------Tenho dito.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais, para declaração de voto. **DEPUTADO DO PSD – José Novais** – Senhor Presidente, Senhores Deputados.--------Simplesmente para referir que a minha intervenção, senhor presidente da Câmara, pretendia focar essencialmente dois aspectos:~~~~~ -----O aspecto que Vossa Excelência apelida de deslealdades, e eu quis frisar isso, e já foi aqui referido também por outro senhor deputado, é de que essa denúncia de deslealdades deve ser em todos os sentidos e não neste sentido único. Já foi referido que também o senhor presidente queixa-se de que o Governo não fornece os documentos que a Câmara pediu sobre o *dossier* e já foi aqui referido que esta Assembleia já aprovou em devido tempo também a concessão pela Câmara de um determinado conjunto de documentos e o senhor presidente também não os forneceu. Portanto, sejamos sérios, deve ser nos dois sentidos. Essa era uma questão que eu foquei. Porque não está em causa a aprovação da proposta. O PSD pronunciou-se a favor em sede de reunião do executivo e nós aqui temos intenção de votar favoravelmente a proposta também. -----Um segundo aspecto a nosso ver é a desnecessidade da realização desta sessão da Assembleia Municipal. E contrariamente àquilo que o senhor presidente aduziu, nós entendemos que não está em causa a alteração dos estatutos da Resulima, não está em causa a alteração do capital social, não está em causa a alteração de parceiros, portanto, não há necessidade de fazer esta Assembleia. A Câmara por si tem competências para tratar aqueles pontos que aprovou, senhor presidente. Não é preciso qualquer reforço adicional, se bem que também nada faz de



mal a Assembleia aprovar isso, mas, portanto, entendemos que é
desnecessário
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.
Terminou este ponto, vamos ao quarto ponto: Discussão e votação da
proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de
Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de
terreno com dois mil, novecentos e setenta e um metros quadrados, para
construção de um estabelecimento comercial, sita na Avenida das Pontes,
freguesia de Tamel São Veríssimo.
Inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso.
DEPUTADO DO BE - José Maria Cardoso - Muito boa-noite. Senhor
Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores
e Senhora Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados, Meus Senhores e
Minhas Senhoras.
Eu queria fazer desta minha intervenção, melhor dizendo, dividi-
la em três pontos de análise.
Um primeiro para questionar o tempo, o momento, a
oportunidade desta Assembleia para discutir esta questão
particularmente, este reconhecimento de interesse público e a finalidade a
que ele se destina.
E sobre isto digo que não consigo perceber a oportunidade para
quem, para quê. Aliás, não entendo tanta pressa, uma expressão até muito
cara ao secretário-geral do Partido Socialista que depois redundou
naquilo que aconteceu, portanto, uma expressão muito utilizada este
"para quê tanta pressa?", e na verdade estas questões têm que ser vistas
com bastante cuidado, até porque esta resolução foi aprovada em reunião
de Câmara no dia doze de Julho. Suponho eu que esta reunião



extraordinária foi marcada fundamentalmente pela questão do aterro sanitário. Isto significa que esta veio por arrasto, não estava prevista. Por isso, que pressa existe nesta tomada de posição?---------E uma questão que já foi aqui abordada e não na mesma perspectiva. Não faço nenhuma profecia quanto a resultados, muito menos declaração de fé, quem vai ganhar ou não, mas queria dizer que na verdade há falta de legitimidade num final de mandato para se tomar decisões destas que têm implicações muito concretas e muito objectivas num futuro imediato. Portanto, à falta de legitimidade, é só nessa perspectiva.---------E por isso concluo daqui que naturalmente nos permite fazer as mais variadas interpretações e digo algo que é sempre importante lembrar, tal como "à mulher de César não é preciso ser séria, tem que parecê-lo", e aqui não me parece que exista esta seriedade na pressa de trazer este tema à discussão. ~~~~Mas vamos ao que nos é apresentado. Vimos o documento em análise que tem como interesse desafectar uma parcela da reserva agrícola e depois tem aqui um conjunto de dados. ----Primeiro lugar, desde sempre o Bloco de Esquerda, e outros partidos também é verdade que o têm feito, tem insistido na necessidade de criar critérios para a desafectação de RAN ou de REN. Quando não existe nenhum critério, quando a deliberação é deixada ao acaso, pontualmente, este é o primeiro caminho para conveniências, para favorecimentos de quem quer que seja. Têm que existir regras muito claras sobre aquilo que é ou não permissível desafectação de RAN ou de REN, com que finalidade e para quê. Quando não se faz isso, naturalmente qualquer coisa serve de argumento e, por isso, é importante que isso se faça.----------Da mesma forma que o argumentário que aqui é apresentado,



desculpem-me, mas é extremamente falacioso. Diz assim: "Criar cinquenta ou sessenta empregos". Que tipo de empregos? Para quem? Quem garante que é para Barcelos? Quem garante que é dos barcelenses, preferencialmente dos barcelenses? Se calhar até são os barcelenses que vão concorrer em maior número. Que tipo de empregos? Na precariedade daquilo que é usado hoje cada vez mais? Com salários tão baixos quanto os que são praticados? Sem qualquer qualificação profissional? É isto o que nos interessa estar a incentivar?----------Depois diz assim: "Um estudo de enquadramento que justifique o relevante papel da empresa". Relevante para quem? Estudo feito por quem? Encomendado por quem?----------E já agora, e o estudo de impacto sobre a economia local, sobre o comércio local? O que é que isto vai afectar?----------Quando se diz que se cria cinquenta, sessenta empregos poderemos estar a causar a perda desses cinquenta, sessenta ou mais na economia local, no comércio local, no pequeno mercado. Há algum estudo sobre isto?----------Depois diz-nos: "Fomento do sector da agricultura". Isto só pode ser uma brincadeira. Alguém acredita que as grandes superfícies que fazem compras directas nos produtores locais? Isto é admissível argumentar desta forma? Então é uma compra directa? Nós estamos aqui em Barcelos, vamos comprar aqui em Barcelos. Isto é alguma lógica de raciocínio que obriga a que isto aconteça ou que faça com que assim aconteca?----------Depois diz: "Fornecimento de mão-de-obra e materiais". Tem piada, estas empresas usam mesmo o fornecimento de mão-de-obra e de materiais locais, é a regra geral, tem sido sempre assim. ----E depois apresenta como contrapartidas uma rotunda de fluxo de trânsito e uma estrada para a escola de música. São estas as



contrapartidas que aqui são apresentadas. Nem aqui há o cuidado de fazer com que as contrapartidas sejam bem melhores do que isto. -----Depois diz uma outra coisa, aliás, eu acho que este argumentário muito sinceramente não é correcto nem é democrático, é tratar mal esta Assembleia Municipal tão falacioso que é. É preciso ter mais cuidado e mais respeito pela inteligência dos deputados, não acreditam nisto de maneira alguma. Aliás, eu acho que é este discurso de soberba, quase que como se os outros fossem os pacóvios, que tem levado a um sucessivo acontecimento de uns certos disparates e atropelos da própria democracia. Escuso-me aqui em enunciar alguns, mas já tem sido objecto de crítica, nomeadamente a nível de comunicação social e a nível do Bloco de Esquerda. Portanto, uma séria de atropelos quase como se estivéssemos numa fase pré-eleitoral de corta-fitas. Há uma série de inaugurações agora a fazer. É esta soberba, é este distanciamento, esta prepotência política que faz desligação com os cidadãos, que faz desacreditar da política. É preciso ter cuidado com isto porque, meus senhores, quanto mais alto é o pedestal, maior é o tombo. -----Queria, por fim, em jeito de lembrança, dizer duas coisas mais directamente ao senhor presidente da Câmara. ----Eu já lhe disse aqui uma vez em jeito de brincadeira e com o devido respeito, mas também com alguma ironia, que o senhor presidente da Câmara nestes casos faz-me lembrar o Sansão. Ou seja: ao Sansão, quando lhe cortaram o cabelo, perdeu as forças; ao senhor presidente, quando cortou o bigode, perdeu a memória. Recordo-lhe que foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Barcelos durante vinte e dois anos e durante esse período de tempo sempre defendeu com firmeza, e reconheça-se isso, a resistência à construção de qualquer tipo de hipermercados, centros comerciais e coisas do género. Veja-se a luta travada, por exemplo, na hipotética construção do Sport Fórum, inclusive



argumentando que era um leito de cheia. Por acaso esta infra-estrutura a criar-se também está junto a esse mesmo curso de água. Está, desculpe, que eu conheço o sítio, eu sei onde é.--------Portanto, não basta dizer que são funções diferentes. Nós podemos ter funções diferentes, desempenhar funções diferentes, mas naturalmente que os nossos princípios não têm que ser diferentes. Quando nós defendemos algo com tanta firmeza e com tanta assertividade difícil é de aceitar que, passado algum tempo, se tenha outra intenção ou se tenha outras preocupações. -----Aliás, quero também lembrar que é exactamente neste mandato que se abrem os hipermercados em maior quantidade, que se abrem as grandes superfícies em maior quantidade, algo que sempre foi contestado pelo actual presidente da Câmara enquanto outras funções. Portanto, é aqui uma certa ironia do destino este facto que é relevante. E aqui neste caso nem sequer era uma questão de lei. A Câmara Municipal podia perfeitamente, se assim o entendesse, dar um parecer negativo até com o argumento muito válido que naturalmente a obrigaria a desafectar a RAN, a Reserva Agrícola Nacional. Portanto, é uma vontade política desta Câmara que haja um Intermarché porque, segundo a opinião que está subjacente a este documento que nos foi apresentado, só nos vem a fazer bem e vem um bocado com um ar missionário, coitadinhos dos barcelenses que precisam da nossa ajuda. É um bocado isto o que aqui está, isto é mau trato à Assembleia, é uma argumentação demasiado falaciosa e é um embuste que aqui nos está montado. ~~~~Por isso, naturalmente o Bloco de Esquerda é frontalmente contra esta proposta e assim a votará. -----Muito obrigado.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.

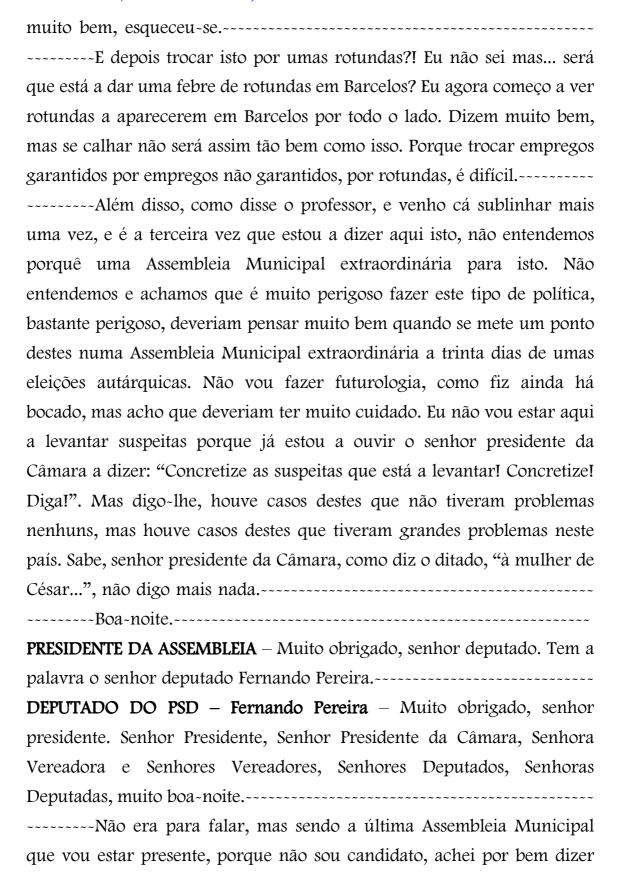


**DEPUTADO DO PSD – José Novais** – Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.---------Efectivamente a construção deste estabelecimento comercial numa área de dois mil, quinhentos e sessenta e três metros quadrados no conjunto de uma parcela total de doze mil, da qual oito mil são de espaço urbano de baixa densidade, necessita de desafectar dois mil e novecentos metros quadrados.--------È claro que há aqui um conjunto de contradições e de incoerências de discurso e de postura ao longo dos anos, que aqui já foram revelados nesta Assembleia, relativamente àquilo que é o pensamento do senhor presidente da Câmara nesta matéria das grandes superfícies.-----~~~~~Mas o PSD é a favor do desenvolvimento, é a favor do investimento, é a favor da iniciativa privada e, portanto, apoia e entende que projectos desta natureza são bem-vindos para Barcelos.--------Trata-se de um investimento que prevê a criação de cerca de cinquenta a sessenta empregos directos e sendo empregos directos, portanto, podem ser para barcelenses, podem ser para não-barcelenses, efectivamente contribuirão para a redução do desemprego nacional e potenciará outros negócios colaterais, envolvendo vários outros sectores: sector da agricultura, sector da construção civil, mão-de-obra diversa, etc. Portanto, mais empregos indirectos é um investimento que é bemvindo para Barcelos.--------Numa altura em que a nível nacional se procura potenciar e captar negócios, investimentos para o país e para os municípios, nós não podemos colocar em causa os investimentos que são feitos por iniciativa dos privados.---------É evidente que dada a existência de um espaço urbano de baixa densidade em área suficiente caberá à entidade da RAN ajuizar da justeza

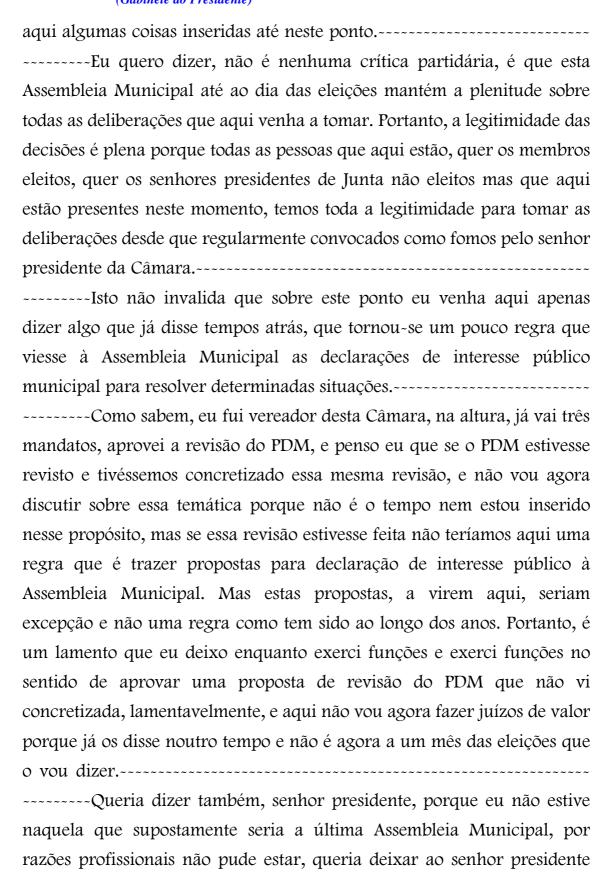


do pedido de utilização do solo não-agrícola. -----Como disse, portanto, é um empreendimento relevante para a economia local pelos postos de trabalho que cria, pela dinâmica de negócio que desenvolve e vai contribuir também para a melhoria da malha viária na região envolvente, o PSD vota a favor. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro. **DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro** - O senhor professor José Maria, deixa-me sem palavras e então a história do bigode muito mais.-------Eu sinceramente venho aqui sublinhar duas ou três coisas que disse, porque sinceramente deixa-me completamente sem palavras.---------A criação do emprego, quando uma pessoa sabe perfeitamente que estas grandes superfícies comerciais criam emprego precário, como disse muito bem, e todo o emprego que não é precário à volta desta grande superfície o que é que lhes vai acontecer? O que é que vai acontecer ao pequeno comércio daquela localidade? Se calhar é isso, como disse muito bem, deu uma amnésia ao senhor presidente da Câmara, porque quando estava no outro lado defendia com unhas e dentes, aguerridamente que não, estamos a destruir o pequeno comerciante, e agora vemo-lo no outro lado. Mas afinal o que é que se passou? Explique-nos! O que é que se passou? Esta grande superfície vai comprar os produtos agrícolas aos barcelenses, aos agricultores de Barcelos? Não acredito. E digo-lhe uma coisa: se bem conheço estas grandes superfícies, qualquer agricultor que venda para esta grande superfície ao fim de meia dúzia de meses está falido porque eles não pagam ou sabe perfeitamente que pagam ao fim de não sei quanto tempo, chantageiam... isso o senhor sabia, o senhor sabe perfeitamente que essas palavras o senhor disse-as muitas vezes, o que é que estas grandes superfícies fazem ao pequeno comerciante. Como disse o professor, e











um registo de memória para alguém que está aqui há muitos anos na Assembleia Municipal, recordar pessoas que passaram aqui na Assembleia Municipal.----~~~~Nós tivemos Assembleias Municipais no Círculo Católico, no anterior Salão Nobre da Câmara Municipal, no Pavilhão Municipal, agora temos estas excelentes condições.---------Fizemos todo um percurso presididas pelo doutor Vasco de Carvalho, presididas pelo engenheiro Sérgio de Azevedo, pelo doutor Celso Lima Torres, pelo professor Valdemar Araújo, pelo doutor Costa Araújo, eu acho que também presidi a uma até neste mandato, o comandante António Costa. Portanto, foi todo um trajecto que nós vimos e que difícil é no sentido de se construir e fazer o debate democrático aqui no concelho de Barcelos, um concelho de Barcelos muito complicado, complicado no sentido de ser muito forte e muito pujante. -----Depois também uma palavra para os presidentes de Câmara que cá passaram, para o actual, o que aqui está, para o anterior, para o doutor Fernando Reis, para aqueles que já faleceram (o presidente João Casanova, o doutor João Machado) e o doutor António Seara, pessoas que deram o seu máximo tributo e o seu empenhamento. Eu tenho pena que na Câmara às vezes não exista esta cultura, falarei nisso mais à frente, não exista a galeria em que tenha as fotografias dos presidentes, não percebo porquê, eu não sou presidente, estou à vontade nisso, portanto, eu não teria lá a minha fotografia, mas era uma coisa que fica bem, há aqui presidentes de Junta que têm nas suas sedes da Junta a fotografia dos presidentes de Junta, não têm qualquer pudor em ter isso representado.~~~ -----Depois gostaria de deixar uma palavra também para os grupos parlamentares, aqui para o engenheiro Santos Novais, presidente do grupo parlamentar do PSD, o doutor Domingos Araújo, que não está aqui hoje, também presidiu o grupo parlamentar, o meu amigo Joaquim Nunes



de Oliveira, eu próprio também presidi ao grupo parlamentar do PSD, o engenheiro Sérgio de Azevedo; no Partido Socialista, o doutor Joaquim Barbosa, o doutor Alfredo Cardoso, o doutor António Reis, o doutor José Carlos de Azevedo, pessoas que estiveram aqui e deram um tributo enormíssimo à Assembleia Municipal; no Bloco, o José Maria Cardoso e o Luís Santos também fantástico com as prestações que teve; no CDS-PP, o Filipe Pinheiro, o Firmino Silva também que já esteve, o Pedro Costa Gonçalves também já foi líder parlamentar do CDS-PP; o PND, o professor Manuel Martins, tudo pessoas que trouxeram grandes contributos para o debate que aqui se fez sempre na Assembleia Municipal. ----E, senhor presidente, se me permite, gostaria de deixar... estou a esquecer aqui de alguém que nunca devo esquecer e nunca se deve esquecer, são os últimos, mas é importante falar, que é os presidentes de Junta, têm uma visão sobre a composição da Assembleia Municipal, há quem defenda que os presidentes de Junta não devem fazer parte, eu sempre defendi isso ao longo da vida, é impensável que os presidentes de Junta não façam parte da Assembleia Municipal, vai uma discussão de âmbito municipal e não estar o representante máximo dessa freguesia a participar nesse debate é impensável, há quem defenda que eles não devem estar, mas eu defendo que devem estar. ----Também aquelas pessoas que vão sair, que desde o vinte e cinco de Abril fizeram parte da Assembleia Municipal e há aqui casos que vieram a todas as Assembleias Municipais, faltaram a uma ou duas, estiveram aqui noites e noites, também essa mesma palavra para uma Assembleia Municipal que é dinâmica e fantástica. -----Queria deixar duas palavras apenas para o futuro, uma entronca neste ponto que falámos aqui, entronca com a galeria dos presidentes, entronca com isso. Há matérias, e isso não tem sido muito cultura em Barcelos, em que nós devemos pôr de lado os interesses partidários e



devemos aquilo que se chama a nível nacional o interesse nacional, também há coisas que no município têm interesse municipal. Esta questão que hoje aqui teve alguma luta, a questão dos lixos, em que tivemos divergências, mas no fundo votou-se em consonância tirando uma ou outra situação por causa das críticas talvez mais aguerridas, desculpemme fazer a interpretação, esta matéria é uma matéria de interesse municipal, de largo interesse municipal em que nós devemos estar sempre unidos e agarrados no pressuposto de conseguirmos o melhor para o concelho. Isto é muito importante. Há outras matérias, como sabem, que por vezes uma divisão no concelho de forma partidária não devia acontecer.----------Uma segunda palavra é que as interpretações sobre as atribuições e competências da Câmara Municipal pudessem ser mais alargadas.----~~~~Nós vivemos num tempo de profunda crise, os desafios que hoje são apresentados a um executivo municipal são diferentes daquele tempo em que eu fui vereador, são muito diferentes, são muito exigentes, é preciso ter criatividade. Há uma das coisas que se fala na vida pública, na vida europeia, mas na vida pública nacional, que é a diplomacia económica. É importante que na parte do município e no concelho nós consigamos apostar nessa parte da internacionalização do concelho no sector do turismo, no sector empresarial. Nós temos empresas fantásticas no concelho de Barcelos que os poderes públicos devem potenciar essas empresas para o exterior, conseguir captar também capitais do exterior para investir no nosso concelho, porque essa é uma das vertentes que eu entendo que pode ser uma das mais importantes para que o concelho possa ter novas propostas e novos desafios para as gerações futuras ou para os jovens que vão agora lançar-se na vida.--------Em suma, senhor presidente, eu peço desculpa por fugir

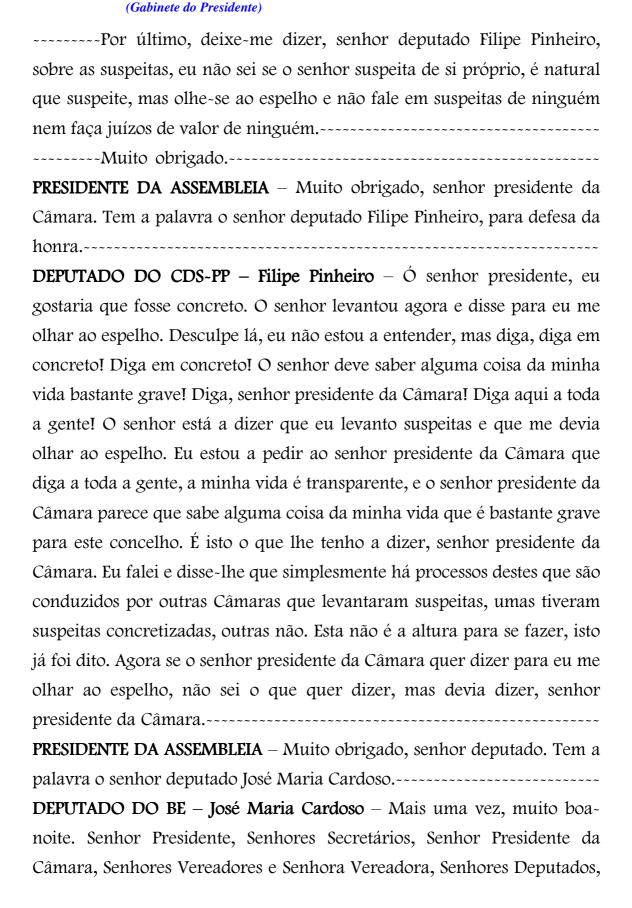


ligeiramente do tema, mas, em síntese, regressando ao tema, não tenho nada a obstar sobre a declaração de interesse público no seguimento daquilo que já disse anteriormente, mantenho a mesma coerência de aprovar todas as propostas, quer estas, quer as anteriores que vieram aqui para declaração de interesse público, agora deixando à consciência, penso que será um entendimento que no futuro isto não seja a regra, não continue a ser regra, mas passe a ser excepção. -----É só, senhor presidente. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor presidente da Câmara. PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não me vou alongar, apenas para dizer que julguei que só eu é que me preocupava comigo mesmo e com o meu aspecto, não é? Parece que há aqui pessoas que estão muito preocupadas, não sei se por inveja, não sei o que é que querem. Eu não falo da cabeça de ninguém rapada, não falo de nada, mas, pronto... Acho que há uma preocupação e acho que é interessante haver esse tipo de preocupação. -----Só dizer aqui ao senhor deputado José Maria Cardoso que é muito bonito aquilo que o senhor diz, mas ao longo do mandato vocês criticaram sempre que não havia investimento, não havia postos de trabalho,----------Agora incentiva-se muito o investimento e a criação de postos de trabalho e o senhor diz que vai destruir aqui, até diz uma coisa extraordinária. Eu não sabia, de futuro, quando for pedido qualquer tipo de interesse destes, eu vou ter que impor o tipo de salários que vão fazer ou que vão praticar, não é?, e vou perguntar se o trabalho é precário ou se não é. Ó senhor deputado, o mercado está assim, a legislação é nacional, não é local, a nossa preocupação é apenas cativar investimento.~

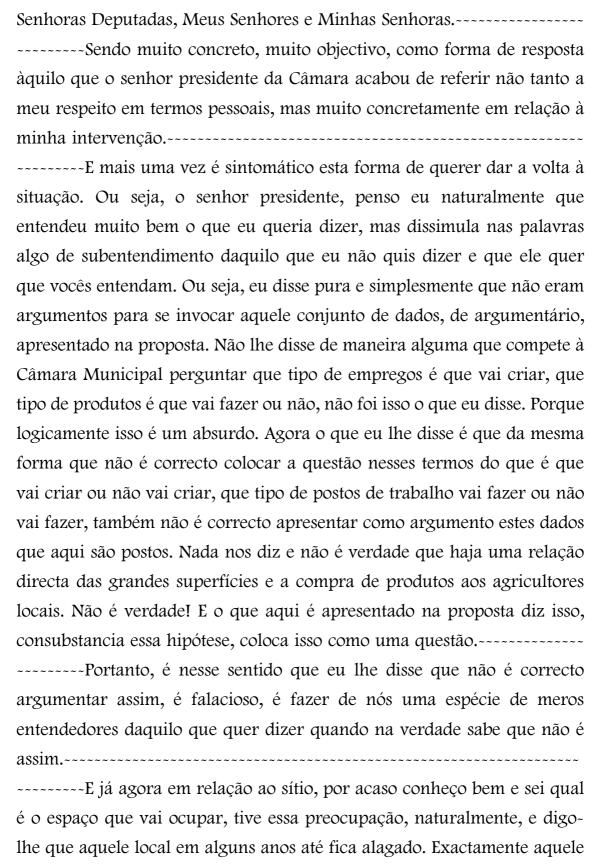


----E para lhe dizer que o senhor deputado José Novais já teve a delicadeza de lhe explicar que isto está inserido numa zona de construção de baixa densidade e, portanto, não está em zona de alagamento nenhum como o senhor vem dizer. O senhor provavelmente não sabe onde é o sítio, eu vou-lhe dizer, é mesmo ao lado da bomba de gasolina de Tamel São Veríssimo, e depois para lhe dizer que os dois mil e novecentos metros quadrados que aqui estão é para tratar da acessibilidade que naturalmente também dá para a grande superfície, mas vai também fazer a ligação da Escola de Música que agora está lá naquela infra-estrutura que está parada há anos, estava ali um tipo mausoléu. Depois vai-se requalificar naturalmente a rotunda que é uma reclamação da população de São Veríssimo há muito tempo. Eu só espero é que este projecto vá para a frente e que se consiga de facto resolver uma série de situações que existem ali.---------Em relação à sua preocupação e à do senhor deputado Filipe Pinheiro de eu estar do outro lado e do lado de cá. Eu enquanto presidente da ACIB defendia o sector empresarial, foi para isso que eu fui eleito. Agora fui eleito para defender o sector empresarial e o resto dos munícipes, e é o meu papel e a minha obrigação. O presidente da Câmara não tem o poder de decidir se uma grande superfície instala ou não instala em Barcelos. Não tem não, senhor deputado. Tem uma coisa chamada comissão de economia regional, que são eles que decidem se é ou não é para instalar. A Câmara cinge-se apenas à construção do edifício, porque o licenciamento da actividade não é da competência da Câmara como sabe, penso eu que sabe. E, portanto, essa de dizer que eu estava num lado e estava no outro, eu estive sempre do meu lado com a minha consciência e estou perfeitamente tranquilo. E que eu saiba ninguém representa aqui a instituição chamada ACIB que vocês trouxeram aqui à colação.











local até fica alagado. Agora, a consideração de leito cheio ou não é questão técnica e isso deixo para a especialidade técnica, mas que fica alagado, fica. Mas não será esse o factor que me leva a dizer que sim ou que não, que deve ser favorável ou não. ----------Agora o que lhe digo e repito é que se há um estudo que mostra a relevância da empresa era importante que houvesse um estudo que mostrasse naturalmente o que é que isto implica em termos de perdas de postos de trabalho, porque naturalmente que vai ter implicações. Ou será que em São Veríssimo não há minimercados abertos e não vão ter influência com isto? Ou será que muitos locais não se vão abastecer nesta superfície e pondo de lado naturalmente o comércio local? Isto não tem importância? Isto não é relevante?----------E naturalmente quando eu lhe falei no passado, enquanto presidente da ACIB, é público, não estou a dizer nada que não seja do conhecimento geral nem estou a invocar aqui nenhuma figura de representação da ACIB neste local, não é disso que se trata. Simplesmente lembrei ao senhor afirmações com firmeza e com clareza que as teve num tempo passado.---------E mais uma vez lhe digo que não é pelo facto de ter uma posição diferente que se perde esses princípios. Porque quando diz que está aqui a defender os barcelenses ou os munícipes eu ponho isso em questão. É evidente que ponho isso em questão. E não se trata de não querer investimento ou deixar de querer investimento. Nem é aquela falácia também de que "ai nós somos contra tudo, somos contra fazer investimento ou não fazer investimento", não é nada disso. Todo o investimento tem importância, agora depende do tipo de investimento e o que é que isso vai implicar, e é sobre isso que eu questiono e foi sobre isso que questionei e o senhor percebeu muito bem, mas mais uma vez tentou dar a volta à situação fazendo perceber de forma diferente daquela que



entendeu.
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.~~~~~
Terminou a discussão deste ponto, vamos passar à votação!
Quem vota contra? (Onze, sendo oito do PSD, três do Bloco de
Esquerda)
Quem se abstém? (Nove, sendo quatro do PSD, quatro do CDS-
PP, um Independente)
Esta proposta foi aprovada por maioria com onze votos contra e
nove abstenções
Para declaração de voto, tem a palavra o senhor deputado José
Manuel Cardoso.
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso</b> – Senhor Presidente, o
CDS-PP vem fazer a sua declaração de voto, não é que sejamos contra o
investimento, sempre fomos a favor, é sempre uma mais-valia para
Barcelos haver investimento criando riqueza, criando postos de trabalho,
achamos é que não é o timing adequado para fazer a aprovação desta
proposta e daí a nossa abstenção.
Aproveito o tempo que me resta para dizer o seguinte:
Senhor presidente da Câmara, recordo na sua tomada de posse o
discurso que fez
Volvidos quatro anos relembro que de uma das menções que
fez
Tenho cinco minutos, senhores! Dão-me licença?
O senhor presidente da Câmara, no discurso de tomada de posse,
disse para dar dignidade a esta Assembleia. Volvidos quatro anos
relembre-se o que se passou aqui nestes quatro anos com os ataques à
dignidade pessoal dos deputados desta Assembleia. Recordo que chamou
ao senhor engenheiro Filipe, hoje mais uma vez levantou uma suspeita.



Não estamos habituados a esse tipo de discurso e, senhor presidente, é só
para relembrar.
Relembrar que volvidos quatro anos
Os senhores não são dignos de serem membros de uma
Assembleia Municipal, com esse comportamento não são dignos de serem
membros de uma Assembleia Municipal. As atitudes ficam com quem as
pratica
Senhor presidente, nestes quatro anos nada sabemos do PDM,
nestes quatro anos nada se fez pelo Mercado Municipal
Dita a nossa posição de voto, lamentamos que alguns deputados
estivessem exaltados, só demonstra de facto o medo que têm de debater
Desculpem, os senhores estão muito exaltados, tenham calma
porque ninguém vos vai fazer mal! De facto quem merece um espelho são
os senhores. Quem os viu há quatro anos atrás e vê agora, de facto os
senhores merecem um espelho.
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, com mais calma
agora pedia que fossem pacientes não mais do que dois minutos. Pode ser?
Muito obrigado, então
Eu só queria dizer duas palavras, não vou demorar.
~~~~~Mais uma vez cumprimento o senhor presidente da câmara, os
senhores vereadores, os senhores deputados, as pessoas presentes,
nomeadamente a comunicação social.
~~~~~Senhores secretários da mesa, senhores deputados e todos os
presentes
~~~~~Com o encerramento da sessão de hoje terminamos o nosso
último mandato, com excepção daqueles que fazem parte das listas e
venham a ser eleitos membros da Assembleia Municipal e presidentes de
Junta
~~~~~Por isso, quero deseiar a todos os que terminam o seu mandato as



maiores felicidades, os maiores êxitos e os maiores sucessos nas suas vidas
pessoal e política
Aos que irão continuar desejo-lhes da mesma forma as mesmas
felicidades, os mesmos êxitos e os mesmos sucessos quer na continuação
dos seus mandatos, quer nas suas vidas pessoal e política
A todos os barcelenses que não fazendo parte dos eleitos
quiseram estar presentes em algumas ou em todas as sessões quero
agradecer-lhes e pedir-lhes desculpa por mim e por todos os
intervenientes que no calor das intervenções políticas nem sempre terão
sido tão contidos como deviam
Foram vinte anos de trabalho, bom e menos bom, de todos nós,
mas o que se passava neste auditório logo que terminada a sessão estava
tudo bem
Sei que nem sempre tive muito jeito para lidar com a
comunicação social, mas isso é uma questão pessoal
Não guardo nenhum ressentimento, pelo contrário, respeito-os
muito, bem como o seu trabalho
Aos barcelenses cumpre-me agradecer-lhes a confiança que em
mim depositaram durante vinte anos, que me elegeram sempre como o
mais votado da lista, e aos deputados, que confirmaram sempre elegendo-
me na sequência do voto dos eleitores, o meu muito e muito obrigado
É o que me vai na alma e quero deixar dito aqui hoje para
memória futura
Muito obrigado a todos por estes momentos
Dou por encerrada esta sessão, desejo a todos uma boa-noite e
um bom fim-de-semana
A sessão terminou às vinte e três horas e quarenta minutos
Para constar se lavrou a presente acta, que eu, Celestino Linhares



da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.

# O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA (José da Costa Araújo, Dr.) O ASSISTENTE TÉCNICO (Celestino Linhares da Silva)



## ÍNDICE

### Acta nº 5 de 30 de Agosto de 2013

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Início dos trabalhos / Período da ordem do dia / Aprovação da acta da sessão de
	vinte de Junho de dois mil e treze (1º Ponto)
05	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a suspensão parcial
	do PDM de Barcelos e estabelecimento de medidas preventivas – Unidade de
	Tratamento de Resíduos Urbanos (UCPT), freguesia de Paradela (2º Ponto)
11	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à privatização da
	participação detida pelo Estado, através da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), no
	capital social da Resulima – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (3°
	Ponto)
21	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de
	Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com
	2.971 m², para construção de um estabelecimento comercial, sita na Avenida das
İ	Pontes, freguesia de Tamel São Veríssimo (4º Ponto)